

XXVIII Concurso Público

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

Prova Escrita de Direito Administrativo e Direito Eleitoral
Data: 02/08/2018 Horário: 8 às 13h

Instruções

- **01.** Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
- **02.** Para fazer esta prova, você usará:
 - a) este caderno de provas;
 - b) caneta esferográfica de tinta azul.
- **03.** Respostas a lápis serão ignoradas para correção.
- **04.** As respostas das questões não poderão conter rasuras.
- **05.** Ao receber autorização, verifique se no caderno há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida. **Qualquer reclamação só será aceita durante os cinco minutos iniciais da prova.**
- **06.** Durante a prova, sob pena de exclusão do certame, é vedado ao candidato:
 - a) comunicar-se com qualquer pessoa ou realizar qualquer consulta de legislação comentada e/ou anotada, papéis ou anotações de toda natureza, bem como a utilização de componentes eletrônicos de qualquer espécie, sob pena de eliminação do candidato e sua retirada do recinto;
 - b) dirigir-se aos membros da Comissão de Concurso ou aos integrantes da Equipe de Fiscalização, bem como a qualquer outra pessoa, para pedir esclarecimentos sobre as questões formuladas ou a respeito da inteligência de seu enunciado ou, ainda, sobre a forma de respondê-las;
 - c) ausentar-se do recinto, a não ser acompanhado de fiscal especialmente designado;
 - d) entregar a prova além do limite de tempo fixado para sua realização;
 - e) desrespeitar membros da Comissão de Concurso ou da Equipe de Fiscalização, assim como proceder de forma incompatível com as normas de civilidade e compostura exigíveis de um bacharel de Direito.
- **07.** Durante a prova não será permitido o uso de corretivo de nenhuma espécie.
- **08.** As folhas de rascunho não serão corrigidas.
- **09.** O candidato poderá retirar-se após duas horas do início das provas.

Boa Prova!

Nº do Candidato	
Para uso da Procuradoria-Geral de Justica	a)

									ı)	U	JF	₹/	4	Ç	Ã	C)	D	E	3	7	/	١	P	R	(ď	V	Α	۱:	5	5	H	1)	R	Α	S	
 	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Procuradoria-Geral de Justiça XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos Promotor de Justiça Substituto

Nº Inscr.:	Sala:	Cart.:
Nome:		

Assinatura

Nº do Candidato (Para uso da Procuradoria-Geral de Justiça)

Direito Administrativo

Questão 1 - Até 30 linhas.

Em um município, após instauração de Inquérito Civil pelo Parquet Estadual, verificou-se que, como forma de quitar serviços de publicidade prestados por empresa de comunicação durante a campanha eleitoral, o agente público fraudou processo licitatório para que a referida empresa se sagrasse vencedora do certame, objetivando a contratação de órgão oficial de publicações do município. Paralelamente ao procedimento investigatório, o município, que também detém a legitimidade ativa para a propositura da ação civil pública pelo ato de improbidade praticado, celebrou com o agente ímprobo transação extrajudicial, visando a ilidir a ação civil pública, bem como recompor totalmente os prejuízos causados com a sua conduta. Diante disso, indaga-se (1,0):

- A) A transação extrajudicial é válida? Qual a conduta cabível ao Ministério Público? (0,5)
- B) Ainda que de forma irregular, não foi possível aferir do Inquérito Civil que a empresa que se sagrou vencedora no certame tenha apresentado proposta menos vantajosa que os demais concorrentes. Ainda sim, é possível afirmar que houve conduta ímproba? Responda à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. (0,5)

Questão 2 - Até 30 linhas.

"Sendo extraída do ordenamento jurídico – que é externo ao sujeito -, a moral administrativa é objetiva, muito embora, evidentemente, traduza um conceito jurídico caracterizado por um elevado grau de indeterminação." (ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. *Direito Administrativo* 26. ed. São Paulo: Método, 2018. p. 239). Nesse contexto, responda **fundamentadamente** às seguintes indagações: **(1,0)**

- A) Como se conceitua e qual o fundamento do Princípio da Moralidade Administrativa? (0,25)
- B) Como ocorre a interconexão entre o Princípio da Moralidade Administrativa e o Princípio da Legalidade? (0,25)
- C) Enquanto princípio balizador da atividade da administração pública, quais os mecanismos disponíveis aos particulares, previstos na Constituição Federal, aptos a tutelar a moralidade administrativa? (0,25)
- D) Qual o paralelo entre moralidade e probidade administrativa e como o Ministério Público pode zelar pela observância desse Princípio? (0,25)

Questão 3 - Até 40 linhas.

Na Intervenção do Estado no Domínio Econômico, mais especificamente no combate ao abuso do poder econômico, responda às perguntas a seguir: **(1,0)**

- A) Onde está previsto e como é composto o Sistema de Defesa da Concorrência SBDC? (0,25)
- B) Quais são os atos que constituem infrações à ordem econômica? (0,25)
- C) Quem pode ser responsabilizado pelas infrações da ordem econômica? A punição prescinde de dolo e culpa? (0,25)
- D) O que é termo de compromisso de cessação e acordo de leniência? (0,25)

Questão 4 - Até 30 linhas.

Em relação ao Poder de Polícia, responda às seguintes questões sobre o tema, apontando as atuais nuances doutrinárias e jurisprudenciais que o cercam. (1,0)

- A) Quais são os requisitos gerais de validade dos atos oriundos da atividade de Polícia Administrativa? (0,25)
- B) Quais são as características do Poder de Polícia? (0,25)
- C) Segundo o STJ, o Poder de Polícia pode ser delegado à pessoa jurídica de direito privado? **(0,25)**
- D) Qual o sentido da proporcionalidade no exercício do Poder de Polícia? (0,25)

Questão 5 - Até 40 linhas.

Discorra sobre a licitação prévia à contratação de Parcerias Público-Privadas (PPP). (1,0)

Questão 6 - Até 50 linhas.

- 6. No que tange à intervenção supressiva do Estado na propriedade privada regulamentada pelo ordenamento jurídico pátrio, indaga-se: **(1,0)**
- A) Quais são os seus pressupostos? (0,25)
- B) Quanto ao seu objeto, o que se entende por impossibilidades jurídicas e por impossibilidades materiais? Exemplifique. (0,25)
- C) O que a doutrina entende por "adestinação" e quais as suas consequências? (0,25)
- D) O que significa "desapropriação por zona" e como verte a jurisprudência dos Tribunais Superiores referente a ela? (0,25)

Direito Eleitoral

Questão 7 - Até 50 linhas.

Sobre a propaganda política, responda aos questionamentos a seguir: (1,0)

- A) Quais as distinções entre propaganda lícita, propaganda irregular e propaganda criminosa? **(0,25)**
- B) Aponte 03 (três) princípios e postulados da propaganda política. (0,25)
- C) O que se entende por propaganda eleitoral indireta e como o Ministério Público Eleitoral pode atuar para coibi-la? (0,25)
- D) Quais as consequências ao postulante de cargo eletivo que realizar propaganda antetempus? (0,25)

Questão 8 - Até 25 linhas.

O Promotor Eleitoral pode ser nomeado como Juiz do Tribunal Regional Eleitoral por força do quinto constitucional – classe jurista? Justifique, **fundamentando** a resposta. **(1,0)**

Questão 9 - Até 25 linhas.

Quanto às Inelegibilidades, Incompatibilidades e Desincompatibilidades, responda **fundamentadamente** às seguintes perguntas: **(1,0)**

- A) Segundo entendimento sumulado pelo Tribunal Superior Eleitoral, em caso de inelegibilidade superveniente infraconstitucional emergir entre o dia posterior à eleição e à diplomação, é cabível recurso contra a expedição de diploma, fundado no artigo 262 do Código Eleitoral? (0,25)
- B) Qual classificação pode ser conferida às Incompatibilidades? (0,25)
- C) O que se entende por "heterodesincompatibilização"? (0,25)
- D) A Justiça Eleitoral é competente para julgar em sede de RCED a violação ao artigo 54 da Constituição Federal? (0,25)

Questão 10 - Até 40 linhas.

No que diz respeito às ações judiciais eleitorais, responda aos questionamentos a seguir: (1,0)

- A) Consoante entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal, de quem é a competência para julgar o Recurso Contra a Expedição do Diploma (RCED), em face de deputados estaduais e federais? (0,25)
- B) A procedência do pedido da Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo (AIME) pode ter como efeito a inelegibilidade? (0,25) Disserte a respeito do tema.
- C) Qual a natureza jurídica da Ação de Investigação Judicial Eleitoral por Abuso do Poder Econômico ou Político? (0,25)
- D) O Ministério Público é legitimado ativo para a propositura da Ação de Captação ou Gastos ilícitos de Recursos? **Fundamente** sua resposta. **(0,25)**

RASCUNHO

4			
1			
2	 	 	
3			
4			
5			
6			
7			
8	 		
9			
10	 		
11	 		·····
12	 		
13	 	 	
14	 	 	
15	 		
16	 	 	
17	 	 	
18	 		
19	 		
20	 	 	
21	 	 	
22	 	 	
23	 	 	
24	 		
25	 		
26	 		
27	 	 	
28			
29	 		
30			

